



# UnB

## ANOS 70

Memória do  
Movimento  
Estudantil

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO  
(Organizadora)



Palameda

## UM DIFERENCIAL DE VIDA

O texto que segue é um depoimento. Um testemunho de minha formação como militante estudantil na segunda metade dos anos 70 do século passado, na Universidade de Brasília, a UnB. Até agora não havia imaginado de fazer um balanço dessa experiência. A única certeza que carreguei nesses quarenta e muitos anos foi aquela sintetizada cirurgicamente pelo colega João Nogueira Fanuchi, o Camanducaia: “A formação política que tive na UnB foi meu diferencial de vida”<sup>1</sup>.

Que os retalhos costurados com os fios esgarçados da minha memória possam contribuir à tecelagem da memória coletiva de um período histórico significativo, em que muitos/as jovens aguerridos acreditaram na prática revolucionária de seus sonhos. Que para mim, que para tantas e tantos, ainda hoje, continua crível.

### NA UnB

Em julho de 1974, passei no vestibular da UnB. Tinha dezessete anos. Conhecia pouco a universidade. Até então, meu contato com a oposição à ditadura tinha os nomes de duas grandes amigas, Virgínia Lopes, a Vico, e Maria Tereza Gonçalves de Souza, a Maythe.

Por alguns anos, formamos uma trinca inseparável: cantando, bebendo, rindo, chorando, festejando, viajando. Mais velhas, mais instruídas, ensinaram-me tudo: músicas, livros, amores, quadros, filmes e cervejas. Generosas, abriram-me as portas de suas casas. Hilda, mãe de Vico, e Lutxi, mãe de Maythe, acolheram-me com carinho baiano e basco. Através de seus pais, Otacílio e Rivadávia, jornalistas importantes na capital, conheci um admirável mundo novo feito de resistência e rebelião ao regime militar. Descobri que a luta pela liberdade passava pela poesia, pelo teatro e pela canção popular, pela leitura crítica e pela cultura, pela amizade e pela solidariedade, pela luta diária de muitos e de muitas. Esse laço intenso e sentido, representou muito para mim. Até hoje conta.

Num primeiro momento pensei em seguir o curso de Comunicação, influenciado pela convivência com os pais jornalistas das duas amigas. Depois optei por Ciências Sociais (Sociologia). Achava que seria um modo de estudar a sociedade, com uma vaga ideia de transformá-la. Era mais uma intuição do que uma certeza.

Nos dois primeiros semestres, os cursos me pareceram muito chatos, as discussões em classe enfadonhas e aquém do que havia idealizado. Minha participação estudantil foi limitada e meu

---

<sup>1</sup> Fanuchi, J.N. (2014). *Um pediatra no interior do Brasil. 33 anos de História*. Cambuí, Clube de Autores, Publicações S/A.

desempenho acadêmico medíocre. Gostava da Biblioteca e da piscina do Centro Olímpico (C.O.), onde finalmente aprendi a nadar direito no curso de Educação Física.

Em 1975, participei do campeonato universitário de xadrez de Brasília e obtive o primeiro lugar. Foi uma surpresa, pois embora entre os favoritos para conseguir uma das quatro vagas ao Jogos Universitários Brasileiro (JUB), não esperava em vencer o torneio, porque dele participavam os campeões de Brasília absoluto e juvenil, que também se classificaram.

Em julho, partimos em três ônibus lotados para Maceió. Naquela época, atravessava-se Minas Gerais para pegar a Rio/Bahia. Em Paracatu, um dos ônibus quebrou. Daí em diante, foi a experiência mais divertida da minha vida acadêmica. Das bolsas e malas daqueles atletas apareceu de tudo o que se pode imaginar.

Nesse ritmo e nessa alegria a viagem durou aproximadamente 56 horas! Chegamos exaustos e sujos, mas Maceió nos recebeu com suas praias, coqueiros e lagoas. E a festa continuou. Toda noite tinha coisa nova para conhecer, para apreciar, para comer; sururu de pacote! até hoje me lembro. As partidas de xadrez aconteciam num clube na beira-mar. Foi muito difícil manter a concentração... Mesmo assim, a nossa equipe alcançou a quinta colocação. O resultado foi festejado pela delegação brasiliense.

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL

No segundo semestre de 1975, aproximei-me do movimento estudantil. Começavam a aparecer murais na ala norte e sul do Minhocão realizados por grupos de estudantes. Estavam-se reconstruindo novas formas de participação. Num momento político em mutação, nós éramos uma nova geração. Estávamos construindo um “estilo peculiar de ação” que se distinguia “do estilo de ação preexistente, desenvolvido por uma geração anterior”<sup>2</sup>. Embora muitas de nossas referências se fundamentassem nos avanços e derrotas de 1968, sabíamos que o terreno de nossas ações se fazia diferente. Havia um fermento de novas ideias circulando.

Partilhávamos “um acervo de experiências” e “uma identidade de vivências” que tinham sido, no limite, “estratificadas de modo semelhante” como um sentimento “definidor de uma geração” (Mannheim apud Foracchi)<sup>3</sup>. Contrariamente aos militantes estudantis da geração anterior, tínhamos vivido a nossa adolescência no auge da ditadura militar com tudo aquilo que isso comportou em termos de circulação trucada de informações e de currículos domesticados. Um exemplo: saiu a Filosofia e entrou Educação Moral e Cívica!

---

<sup>2</sup> Foracchi, M.M. (1972). A juventude na sociedade moderna. São Paulo, Pioneira [Editora da Universidade de São Paulo].

<sup>3</sup> Ibidem.

A realidade social e econômica injusta e desigual, repressiva politicamente, unia-nos àquela geração que doou a juventude de suas vidas à luta democrática. Em Brasília, na UnB, um nome sobressaía: Honestino Guimarães, presidente eleito da União Nacional dos Estudantes (UNE), cujo corpo martirizado, até hoje, resta desaparecido.

O processo de constituição desses definidores culturais e políticos geracionais era dialético. Em primeiro lugar, aqueles que se aproximavam à militância estudantil dividiam um sentimento de oposição à ditadura militar. Em segundo lugar, viviam como necessidade a criação de espaços de participação política livres dentro da universidade e na sociedade em geral. Sob esse amplo guarda-chuva movíamos-nos num caleidoscópio de tendências, opiniões, palavras de ordem. Muitos/as acreditavam na participação nas entidades estudantis nascidas dos decretos e regulamentos ditatoriais como um primeiro passo de reorganização; outros/as preconizavam uma participação crítica que apontava à criação de diretórios e grêmios acadêmicos livres. No dia a dia essas discussões geravam disputas, divergências, mas seguia-se unidos e unindo novos/as colegas à luta. Construía-se espaços de trocas e de companheirismos.

Por essa fresta, que logo-logo se demonstrou uma porta, uma rua, uma estrada, vislumbrei a riqueza que uma universidade pode oferecer. Comecei a tomar consciência daquilo que, muito mais tarde, estudei nos escritos de Hannah Arendt. Entre as três atividades fundamentais da *Vida Activa - Labor, Trabalho e Ação* - esta última corresponde à condição humana da pluralidade. Comecei a intuir que não é *o* ser humano que vive na Terra e habita o Mundo; são *os* seres humanos. Essa pluralidade faz com que vivamos a vida politicamente: “é a condição de toda vida política”<sup>4</sup>.

Na UnB dos anos '70 formou-se uma pólis: uma Oficina de Debate e Ação, de Construção, de Unidade, que desembocou na pluralidade. Nessa arena plural, liguei-me a um grupo.

## CONSTRUÇÃO

Na virada de 1975/1976, em meio a mobilização dos internos de Medicina, frequentei reuniões e assembleias, iniciei a distribuir material e ajudar na convocação de atos. À essa movimentação a Reitoria respondia com uma repressão mirrada e um serviço de informação bem articulado com os órgãos policiais externos à universidade, como no caso da prisão em uma gráfica de Wallace José Cezana, quando retirava os 3.000 exemplares do jornal do grupo Oficina.

No departamento de Ciências Sociais, colegas veteranos se mobilizavam para as eleições das representações estudantis, que eram previstas no regulamento da Universidade. Na Medicina, Maythe apresentou-se candidata e foi eleita representante. Novas amizades se formavam ao meu redor, muitas trazidas por suas mãos fraternas.

---

<sup>4</sup> Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 10ª. ed.

Levado por Maythe, eu circulava mais pelo ambiente da tendência estudantil Unidade. O irmão de minha mãe, Virgílio Ribeiro Neto, era engajado no grupo Oficina. A gente nunca parava para conversar especificamente sobre o M.E. ou política. Nossos assuntos eram, em sua maioria, familiares. Não sobrava espaço para mútuo proselitismo.

Em abril de 1976, estavam previstas as primeiras eleições do Diretório Universitário (D.U.). Duas chapas se apresentaram, Unidade e Oficina. Três dias antes da votação, a reitoria suspendeu o pleito, alegando que a propaganda dos estudantes não atendia aos fins da criação do D.U., pois contestava a legislação e a ordem vigente, além de incitar à indisciplina e à luta de classes, à discórdia e à desordem. Foi aberto um inquérito administrativo, um dos últimos atos do reitor, Amaury Cury. Em seguida, foram expulsos 7 colegas e 12 punidos com suspensões. O movimento perdia parte dos seus líderes, mas não arrefecia, aliás ganhava novos adeptos. Mobilizações, idas ao Congresso, denúncias.

Em julho, a XXVIII reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ocorreu no campus da UnB, tornando-se um espaço de oposição ao regime militar. Embora estivéssemos em férias, participamos às mesas, plenárias e simpósios, o que serviu também para denunciar a repressão que a Reitoria praticava no campus.

Dentro do Unidade alguma coisa se movia. Embora não participasse da tendência acompanhei a saída de um grupo de estudantes. Uma nova tendência estava se formando através de reuniões à parte. Fui convidado a fazer parte de um grupo de estudos sobre a História do Brasil. Ali, na casa de madeira de José Ralf de Oliveira Campos e Tutu, embrenhada no sertão do Lago Sul, encontrei os colegas que já havia visto em reuniões e assembleias. A partir daquelas noites passaram a ser meus companheiros de lutas, de opções políticas e de vida: Arlete Avelar Sampaio, Jorge Augusto Oliveira Vinhas (Jorginho), Paulo Henrique Veiga (Paulinho), Maria Auxiliadora de Medeiros Vale (Dorinha) Luiz Antonio de Oliveira Campos (Bicão), Jackson Semerene Costa (Jacu), Maria Francisca Pinheiro Coelho (Lora), João Nogueira Fanuchi (Camanducaia), Ana Maria Navarro Garcia (Aninha), Wanderlei Antonio Pignati (Pig), Lumi Kihara e seu companheiro Roberto Cardoso Caixeta (Taguá) e naturalmente Maythe de Sousa.

Lembro-me que no final das discussões, após dividirmos os temas que cada um apresentaria nas próximas reuniões, Arlete achegou-se de uma maneira atenciosa, perguntando-me o que achara do encontro. Aquele olhar certo, aquela indagação objetiva, que me aproximava e perscrutava-me, completavam o sentido de encantamento que havia tido do encontro. Arlete emanava um senso de credibilidade, de vivência autêntica. Como se diz em italiano: *Arlete era fatta da un solo pezzo*.

Iniciamos um processo de reuniões na UnB que visavam a estruturação de uma tendência estudantil que tivesse como eixo político a reconstrução das entidades livres dos estudantes (locais e

nacional); que reivindicasse a luta pelas liberdades democráticas, a anistia ampla e irrestrita para os exilados e presos políticos.

Foi criada uma comissão para redigir um documento síntese daquela discussão. A redação final foi completada por Maythe em folhas cor-de-rosa batidas à máquina. Pedia o fim da ditadura, uma assembleia constituinte livre e soberana e o grupo se reivindicava enquanto tendência pela aliança operário-estudantil. Existia uma só cópia desse documento, que nos passávamos quando se queria cooptar um novo integrante, sempre com a aprovação dos demais. Era um processo longo e não imediato até se chegar à leitura e discussão das páginas cor-de-rosa.

Lembro que a minha primeira cooptação foram duas: Antonio Alves e Mário Cantarino Neto, companheiros do clube de xadrez que tinham entrado depois de mim na UnB. Levei-os à casa de minha mãe, e, no quartinho dos fundos, com as portas de casa trancadas, discutimos por toda a tarde ponto por ponto do documento cor-de-rosa.

Não sei bem de quem foi a sugestão do nome CONSTRUÇÃO. Lembro que Ana Maria Macedo (Cafu), defensora da denominação, cantava parodiando: “Você é meu amorzinho, você é meu amorzão. Você é o tijolinho que faltava na nossa Construção. Liberdade, Liberdade Democráticas”. Maria de Fátima Carvalho Lima (Fafá), José Mauro Barbosa Ribeiro (Zé Mauro), Antonio da Silva Camara (Antonio baiano), Fernando Saraiva (Cearazim), Maria Teresinha Ribeiro e Mitchurim Borges Diniz já estavam conosco.

Construção foi se formalizando. Lançou um jornalzinho, fazia reuniões regularmente, criava murais e faixas, preparava coletivamente as intervenções às reuniões, às assembleias. Tinha uma forte representação na Medicina e Arquitetura, boa presença na Economia, na Física e nas Ciências Sociais (graduação e pós-graduação).

## NOVOS ESPAÇOS

Minha visão do espaço universitário se alargou. Percorria as salas do departamento com Dorinha e Cafu para divulgar as reuniões, coordenados pelo Jorginho; ia às festas noturnas da Arquitetura no período de apresentação de projetos, estimulado pela amizade de Paulinho; descobria as salas das catacumbas da Medicina com os corpos dos mortos indigentes em que os futuros médicos praticavam anatomia e as gaiolinhas na Biologia com ratos brancos e camundongos, coelhos e outros pequenos roedores. Meu desempenho acadêmico melhorou. Passei a frequentar com interesse as aulas. Tomei gosto pela universidade pois compreendia melhor as suas carências e mazelas, o clima de repressão que a Reitoria tinha instaurado. Queria melhorá-la.

Em março de 1976, fui aprovado para fazer um estágio remunerado de Sociologia na Unidade Móvel de Orientação Social (UNIMOS) do Serviço Social do Comércio (SESC).

Trabalhava-se nas cidades satélites do D.F., principalmente no final de semana. Organizavam-se grupos de lazer, de esportes, cultura e arte, assim como palestras noturnas para trabalhadores/as sobre seus direitos previdenciários. Desse modo, conheci quase toda a periferia de Brasília.

No segundo semestre de 1976, abriu-se outra vez o processo de eleições para o D.U. Construção se inscreveu, o que demandou um esforço extra para cumprir as exigências que o regulamento da reitoria impunha. Nossos militantes mais reconhecidos ocupavam os postos principais da chapa: Maythe de Sousa, Luiz Campos, Jorginho Vinhas, Arlete Sampaio. Na Biologia, pedimos a Vico Lopes para ser nossa candidata; ela aceitou.

A nossa principal atividade eleitoral acabou sendo a realização de um grande evento artístico. Cartola, o grande compositor popular, tinha acabado de lançar seus dois primeiros LPs, clássicos da canção brasileira. Paulinho entrou em contato com ele indo diretamente à sua casa na Mangueira. Apresentou-se e propôs organizar quatro shows em Brasília. O último seria na UnB, rodando o chapéu para financiar a nossa campanha. Falou em nome de Construção e o grande Cartola topou.

Na verdade, aquela aposta de Paulinho obrigou-nos a ser organizados. E só se tornou possível pela sua tenacidade, que se desdobrou para conseguir o auditório da Escola de Música (EMB), os músicos e a publicidade em tevês, rádios e jornais, as passagens aéreas. Essencial foi também a grande disponibilidade de Cartola. Hospedou-se na casa de Ralf e Tutu, dormindo em um colchonete no quarto de hóspedes. Integrantes do nascente Clube do Choro o acompanharam sem cobrar cachê.

Servi como motorista do mestre por um dia, sem ter carteira de habilitação, dirigindo o Fusca de Paulinho. Saímos do aeroporto direto para TV Brasília, onde foi feita uma entrevista e um take musical. Pedi que tocasse “Acontece” e ele atendeu o pedido.

No primeiro dia programado para o show, sexta-feira, choveu e poucos/as compareceram na EMB. No sábado e no domingo, o auditório encheu. Na segunda-feira, Cartola apresentou-se ao ar livre, na praça da Cultura da UnB. Um sucesso! Prometeu falar de nosso grupo a Clementina de Jesus e Nelson Cavaquinho. Em abril de 1977, os dois fizeram suas apresentações no auditório da Escola Parque, sempre organizadas por Construção.

Desta feita, a reitoria não teve como suspender as eleições. De um total de 9.454 alunos, 7.410 votaram. Unidade foi a chapa vencedora com 3.480 votos e Rocine Castello de Carvalho foi eleito presidente. Oficina obteve o apoio de 2.016 votantes. Construção alcançou 1.454 votos, quase 20% do total. Para nós, uma tendência nova, foi uma vitória. Ganhamos legitimidade junto aos estudantes e o reconhecimento das outras tendências.

A nível nacional, além das lutas locais, os estudantes rearticulavam-se com a intenção de reconstruir a UNE. Aconteciam vários encontros. Em São Paulo, na USP, tinha sido criado o DCE livre Alexandre Vanuchi, com eleições livres, reconhecidas e sustentadas pelos/as estudantes. Era o fruto de uma greve prolongada, organizada na Escola de Comunicação e Artes (ECA) e que se propagara na universidade paulistana. Os líderes daquele movimento, articulados com estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Filosofia e da Ciências Sociais, criaram a tendência Liberdade e Luta. Começamos a encontrá-los nos encontros nacionais, junto a militantes de outros estados. As palavras de ordem eram comuns: Entidades Livres e Independentes! Liberdades Democráticas! Abaixo a ditadura!

### O BANDEJINHA

A UnB organizava cursos de verão, durante janeiro e fevereiro, para os estudantes que queriam adiantar a carreira acadêmica ou recuperar os créditos atrasados. Em 1977, quando os cursos iniciaram, a Reitoria aumentou o preço das refeições do Restaurante Universitário (R.U.). O “Bandejão” funcionava em um prédio novo, alcunhado “Palácio da Fome”. Era um ponto de encontro importante para trocar informações, distribuir panfletos, organizar reuniões, conhecer novas pessoas.

Foi ali, no dia 14 de janeiro, sexta-feira, que aconteceu a assembleia que decidiu realizar um “Bandejinha” alternativo, boicotando o bandejão. Foi ali que fiz a minha primeira intervenção em uma assembleia da UnB, em nome de Construção e incentivado por Maythe. Lembro do tremor que tomou meu corpo magro, o calor que subiu pelo pescoço, a voz quase sufocada, a articulação retórica confusa e a reverberação acústica absurda daquele espaço enorme.

Uma coisa era aprovar o boicote ao R.U.; outra coisa era arranjar uma opção plausível, que não prejudicasse os/as estudantes, principalmente os/as que só tinham o bandejão como recurso barato para a alimentação. Sobrou o final de semana para inventar um restaurante.

Na sede provisória do D.U. foram repartidos os espaços, escolhidas as comissões, divididas as tarefas. Panelas, talheres, pratos, copos apareceram do nada. Mantimentos foram recolhidos em coletas e doações. Num canteiro de obras da Asa Norte, Paulinho e outros mais fizeram contato com uma senhora que fornecia refeições aos operários. Ao preço de custo, começou a cozinhar para os estudantes. De quebra emprestava suas grandes panelas, que chegavam dentro do Fusca do Paulinho. A gente de Construção brincava que, na prática, se estava concretizando a aliança operário-estudantil!

Na segunda-feira, o Bandejinha abriu o batente. Se piquetava diante do Palácio da Fome e se encaminhava, com discussão política e explicação, os colegas para o nosso refeitório, não muito



distante. Tinha gente para tudo: gente organizando a fila e o caixa; gente servindo almoço; gente recolhendo pratos, talheres e copos usados; gente lavando louças e recolhendo lixo. Sem mesas e nem cadeiras, todos/as se sentavam no gramado ao redor do D.U. Em pouco tempo, conseguíamos servir centenas de refeições, almoço e jantar, diariamente, mantendo o preço de 5 cruzeiros! Um sucesso que ampliou o respaldo de todo o movimento.

Na cidade, o comentário geral era o boicote do Bandeirão. Uma tarde, decidimos organizar um pedágio fora do campus para recolher contribuições para o Bandejinha. Preparamos algumas faixas e mais de 100 subimos a rua que nos levava à L2 Norte.

Mal entramos na avenida, fomos cercados por um batalhão de jovens soldados armados da PM. Arrancaram nossas faixas e obrigaram-nos a deitar no campo de futebol ao lado hospital, apontando os seus fuzis sobre nossas cabeças. Senti medo, principalmente porque percebi que os jovens recrutas tremiam segurando suas armas automáticas. Esta mesma sensação de perigo de morte foi relatada pelo colega João Fanuchi no seu livro, *Um pediatra no interior do Brasil*.<sup>5</sup>

Fomos levados em camburões para uma delegacia no final da Asa Norte. Fomos fichados, interrogados com as perguntas bobas pelo delegado, que não sabia muito bem como se comportar com tanta gente que não tinha feito absolutamente nada de mal: não tinha machucado ninguém, nem roubado, nem depredado nada. À noitinha, fomos liberados. Voltamos ao campus e fomos diretos para o D.U. O Bandejinha não tinha parado de funcionar, tinha muita gente nos esperando mobilizada. Combinamos e chegamos juntos em passeata, gritando liberdades democráticas e abaixo a repressão. Havia um clima misturado de euforia e heroísmo no ar.

O Bandejinha resistiu um mês. Não conseguimos reverter o aumento dos preços. O capitão era duro na queda. Nós também. Terminamos a experiência de modo brioso. Anunciamos um menu especial para o almoço de sábado. Com uma parte do dinheiro que restara compramos uma quantidade de boa carne. A ala tricolor de Construção (Paulinho, Cafu e eu), mais uma colega de Unidade, ficou sexta-feira à noite cortando aquele monte de carne em picadinhos. Paulinho e Cafu tinham uma cachaça danada de Paracatu; acho que se chamava Pretinha. Eles eram bons de copo; eu sempre fui um desastre. Conclusão: tomei um porre antológico e dormi estendido no gramado.

De manhã, o Paulinho já havia combinado tudo com a Rosa, filha do ministro das Comunicações, Quandt de Oliveira. Seguiram para a residência oficial e prepararam o almoço na cozinha ministerial. Cogumelos e creme de leite foram oferecidos pela casa. Naquele sábado, o menu final do Bandejinha foi Strogonoff.

---

<sup>5</sup> Fanuchi, J.N. (2014). Um pediatra no interior do Brasil. 33 anos de História. Cambuí, Clube de Autores, Publicações S/A.

## MILITÂNCIA, LUTA E ANISTIA

No começo de 1977, tornei-me um militante organizado. Um militante trotskista. Com Ralf, Paulinho e Tutu fiz ingresso na Organização Socialista Internacionalista (OSI), uma corrente trotskista vinculada ao Comitê pela reconstrução da IV Internacional, participando de um grupo de estudos revolucionários no Fusca do Paulinho. Outros/as de Construção haviam tomado essa decisão anteriormente e outros/as a tomariam em seguida.

Foi uma escolha coletiva de lutar pela democratização do país numa perspectiva de transformá-lo, na sua trilha desigual e combinada, em uma sociedade socialista, que não se inspirava no “socialismo real” e burocrático da URSS e outras formas de governos autoritárias, nem no reformismo carcomido da socialdemocracia.

Não foi uma escolha fácil, pois comportava assumir um compromisso vital de um modo clandestino. Existia uma ditadura militar que nos perseguia, nos ouvia, nos espiava. Que torturava, mas negava que torturava, ameaçando sempre de torturar. Sabíamos que a luta não acabaria ali dentro do campus da UnB. Que nos portava muito além dos currículos universitários. Compromisso também com todos aqueles/as que restavam ainda encarcerados/as, exilados/as, desaparecidos/as, banidos/as.

## O DIA NACIONAL DE LUTA

Numa perspectiva de unificar o movimento estudantil universitário a nível nacional, foi fixado um dia nacional de luta, 19 de maio, contra as prisões arbitrárias de colegas paulistas e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

A preparação do ato público, coincidia com as novas eleições do D.U., marcadas para o final de maio. Dentro de Construção acreditávamos que era chegada a hora superar a participação em entidades atreladas à Reitoria. O DCE-Livre da USP era o exemplo ao qual mirávamos. Naquele momento, o capitão-reitor estava proibindo no campus a realização do ato público programado. Ameaçava os organizadores do evento com novas punições. Seguia o ministro da Justiça que proibira as manifestações em todo o país.

Decidimos formar uma chapa para o D.U., mas não pedíamos o voto em nossos representantes. Convocávamos os/as estudantes a escrever na cédula eleitoral “Por um DCE-Livre”, anulando, de fato, o voto. Para Construção, era hora de construirmos nossos grêmios e diretório acadêmicos de forma livre. Era uma proposta radical, mas absolutamente coerente com o percurso tomado pelo movimento nos últimos anos, em Brasília, em todo o país. Da mesma forma, a nível

nacional, a UNE só se reconstruiria sob bases independentes, pois o regime militar fora o responsável direto do seu fechamento.

Esforçamo-nos em mostrar que a preparação do Ato público, que o reitor tentava impedir, era a prova cabal da nossa autonomia, alforriados das correntes repressivas dos representantes do regime militar na UnB. Todo o movimento estudantil divulgava massivamente o dia nacional de luta, em todas as principais universidades do país.

No dia 19 de maio, o campus amanheceu cercado por forças policiais. Até a Rodoviária, na parte central da cidade, foi ocupada por um batalhão da PM, mas ninguém foi impedido de entrar no Minhocão. O temor do reitor e do regime era que saíssemos às ruas da capital federal. Para nós, o importante era mostrar um movimento vigoroso e fortalecido dentro da UnB, coligado com a movimentação nacional como não acontecia há anos.

Naquele dia, aquilo pelo qual havíamos batalhado por quase três anos aconteceu. Na praça da Cultura, agora rebatizada praça Edson Luís, onde mestre Cartola, seis meses antes, tinha nos ofertado sua poesia singular em forma de samba, ali mesmo, mais de 1.000 estudantes da UnB compareceram para se confraternizar com os/as colegas de todo o Brasil, oferecendo seu apoio à luta por liberdades democráticas, contra as torturas e prisões arbitrárias, pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Lembro-me daquele evento como um momento bonito. Pode ser que esse seja um comentário ingênuo, despolitizado, até mesmo alienado. Mas o recorde assim, como a canção do Chico: “Foi bonita a festa, pá!”. Era um dia bonito de maio, as faixas eram bonitas, as intervenções foram bonitas, a leitura da carta foi bonita... E por ser um ato público bonito, nós não queríamos que acabasse ali e fomos mostrar nossa boniteza diante da feiura da Reitoria. Saímos em passeata, bonitos e bonitas, e atravessamos o Minhocão cantando “Pra não dizer que não falei em flores”. Achegado-nos àquele prédio de vidros e de infâmia e cruzamo-lo entoando uma palavra de ordem - vinda sei lá de onde, sei lá de quem – direta, precisa e bonita: “Se houver punição, vai haver paralisação”. As palavras de ordem, se sabe, têm eficácia quando além de ilustrar o presente, apontam com clareza um rumo futuro. “Se houver punição, vai haver paralisação” indicava uma nova trilha ao movimento estudantil da UnB que o levaria adiante.

## A GREVE

Tenho uma passeata de lembranças da greve, que se misturam com sentimentos e sensações. Fotografias que se sobrepõem. Vocalizes em contraponto.

As eleições do D.U. tiveram lugar no dia 27 de maio. Oficina venceu o pleito, tendo Flávio Botelho como presidente e meu tio Virgílio Ribeiro Neto como tesoureiro. Não tenho os dados em

mão, mas o número de votos “Por um Dce-Livre” foi muito expressivo. Os fiscais não quiseram computá-los à parte...

Dia 30 de maio, à tardinha, o capitão-de-mar-e-guerra suspendeu 16 colegas pela organização e realização do Ato público do dia nacional de luta. A resposta do M.E. foi imediata. Durante a noite, em todos os departamentos, as tendências prepararam os cartazes convocando uma assembleia às 10 horas.

No dia seguinte, 31 de maio, terça-feira, às 10 horas da manhã, o anfiteatro 9 estava lotado. A reunião aberta por Ramaiana teve uma única oradora, Maythe de Sousa. Sua intervenção foi clara e definiu o que já estava decidido: uma greve geral por tempo indeterminado, até que as suspensões fossem revogadas. Todas e todos nos levantamos aplaudindo e saímos do auditório em passeata, gritando “Paralisação, paralisação”.

Fomos de sala em sala comunicando e explicando os/as colegas a decisão tomada. Quase todos/as aderiam à passeata que percorreu todo o Minhocão, todo o campus. A UnB parou e a greve começou. Durante o almoço, o bandejão fervilhava. À tarde foi organizada uma nova passeata para comunicar a greve. De noite, as lideranças das várias tendências se reuniram e instituíram um Comando Central da Greve, paritário.

No dia seguinte, uma nova assembleia foi realizada. Agora, no Teatro de Arena. Muita gente. Duas mil, três mil pessoas. A boa nova se espalhou, os jornais noticiaram, alguns deputados da oposição prestaram solidariedade. O comando central da greve foi ratificado. Os nomes de seus integrantes não foram divulgados, naturalmente.

De tarde, a assembleia permanente continuou no saguão leste da Ala Norte. Muitos/as queriam falar ao mesmo tempo, muitas coisas a dizer. Levantei-me, fui ao centro, sentei-me num banquinho alto e comecei a organizar as intervenções. Por quase duas horas, fiquei ali. Tranquilo. Na mesa. Quando acabou, perguntei a Vico que me acompanhava, se tinha me comportado direito. “Acho que você encontrou o seu lugar”, respondeu-me. Durante boa parte da greve, foi como mesa que atuei. Minha voz empostada não necessitava do megafone para falar no Teatro de Arena.

2 de junho, cheguei bem cedo na universidade. Dirigi-me à entrada sul, onde havia marcado um encontro para iniciar os piquetes, pregar os cartazes que tínhamos preparado na noite anterior. A Ala Sul estava lotada de policiais à paisana. Começamos a nos ajuntar. Alguém foi verificar se acontecia o mesmo na Ala Norte. Confirmado. Era uma invasão policial combinada.

A situação foi ficando tensa. Para a nossa fortuna, o pessoal do C.O. acordava cedo e vinha em passeata até o Minhocão. Chegaram no momento certo. Formamos logo uma roda. Fui o primeiro a falar. Pedi a todos/as que ficassem calmos/as e não aceitassem a provocação da reitoria.

João Simplício tomou a palavra fez um discurso vigoroso, puxando no final uma palavra de ordem: “Abaixo a repressão!”.

Nunca vou me esquecer. João Simplício, companheiro experiente, estava totalmente certo. Calma, porra nenhuma! Era hora de extravasar a nossa indignação. Levantamo-nos com os punhos alçados: “Abaixo a repressão, abaixo a repressão!”. Enfrentamos os policiais com a força da palavra. Eles recuaram e desobstruíram a passagem. Saímos em passeata para congregar os colegas da Ala Norte. No meio do caminho, a palavra de ordem mirou um novo alvo: “Abaixo a repressão, põe pra fora o capitão!”. Assim barramos, pela primeira vez, a invasão policial. Naquele dia, João Simplício ganhou para sempre a minha admiração.

No dia seguinte, nova assembleia lotada no Teatro de arena, agora denominado “Teatro da minoria”. Três mil pessoas. A greve continuava forte e avançava nas suas propostas. Aprovou-se a participação de uma comissão no III Encontro Nacional de Estudantes, foi designada uma comissão para abrir uma intermediação com a Reitoria, com professores e alunos.

Na saída da assembleia, a surpresa. Diversos ônibus, carregados de policiais militares no estacionamento da Ala Norte. Soldados começavam a descer com seus cacetetes, capacetes e escudos. Armados. Uma tropa de choque. Aquilo podia se transformar num massacre. Fomos nos sentando devagarinho no saguão. Começamos a cantar o Caminhando de Vandrê. Depois um hino nacional nasceu forte de nossas gargantas. Entoadado, afinado, sentido, sem nenhum verso saltado. O policiamento recuou. Os soldados voltaram aos ônibus. Foram-se. Barramos, pela segunda vez, a violência policial.

Durante o fim de semana, o capitão-reitor decretou um recesso de três dias. Estava perdendo sua partida de xadrez. Tinha que buscar uma nova tática. A iniciativa tinha passado ao outro lado do tabuleiro: a greve se fortalecia. Para nós, isso significava consolidar a vantagem posicional e, se possível, obter uma vantagem material.

## DCE LIVRE

Alguns colegas de outras tendências começaram a propor um recuo tático: aceitar a proposta do Conselho Universitário, suspender a greve, esperar numa negociação externa. Foi escrita até uma carta para a esposa de Carter, presidente dos EUA, em visita ao Brasil. Para Construção, duas questões estavam colocadas: a continuidade da greve e a aprovação da criação de um DCE-Livre. A primeira mantinha a pressão do ataque; a segunda era a garantia de construção de uma fortaleza para resistir ao contra-ataque que certamente viria. Uma era garantia da outra. Nossos oradores, principalmente Ralf, defendiam a aprovação de um DCE-Livre.

Uma após outras, as assembleias aprovaram sempre a continuidade da greve, pois a intransigência e a truculência da Reitoria só aumentavam. O D.U. atrelado à Reitoria não fazia mais sentido para as pessoas que gritavam pelos corredores do ICC: “A greve continua, põe o capitão na rua!”. A cada reunião, a cada assembleia reiterávamos a necessidade da criação de entidades livres (DCE e C.As), sempre com maiores adesões.

#### SEMICLANDESTINIDADE, PRISÕES, SOLIDARIEDADE.

Desde o primeiro dia da paralisação, saí de casa. Fui para casa de Vico, que morava sozinha depois da morte de seus pais. Em seguida, a Maythe veio também. A trinca inseparável se reunia outra vez. Foi até divertido. Incapazes na cozinha, recorriamos ao Espanhol da W-3 sul. De noite, um conhaque francês que o pai da Vico tinha deixado guardado. Após alguns dias, Maythe voltou para sua casa. Foi presa debaixo do bloco. Com ela, uma boa parte das lideranças estudantis, foram presos em suas residências.

Dia 17 de junho, na saída de uma assembleia que tinha reafirmado a greve, estávamos sendo escoltados fora da universidade pelos advogados da OAB (Sigmaringa, Correa, Grossi). Os policiais nos cercaram. Puxaram o Ralf pelos cabelos. Agarraram o Simplício. O Ramaiana tentou escapar na direção do Bandeirão, sacaram uma arma. Na confusão, dois estudantes me fizeram dar meia-volta rumo à ala norte. Dali andamos, sem pressa, ao estacionamento da Biblioteca. Puseram-me deitado no banco detrás de um carro. Dirigindo devagar e contornando o C.O., portaram-me fora do campus.

Naquela noite, transferi-me para a casa da Cristina Lopes, irmã da Vico, na 305 sul. Ela tinha acabado de dar à luz ao seu primeiro filho, Alexandre. A Cris não me deixava passar diante das janelas, o clima era pesado. Lembrei-me que no prédio do lado, morava a Margrit (Mag) Dutra Schmidt, recém-entrada nas Ciências Sociais, que havia participado às reuniões abertas de Construção. Precisava reatar os contatos com os colegas, saber notícias. Fui até sua casa. Seu pai era um oficial militar. Dirigira a Academia de Polícia de Brasília. Mag me abriu a porta. Conversamos tranquilamente na sala. Assegurou e deu-me sua ajuda. Mag foi eleita, anos depois, presidente do DCE-Livre Honestino Guimarães.

Ana Lúcia Castro me ajudou muito nesse período. Ela, Vico e Maythe fizeram o ginásio na mesma escola e nos conhecíamos bem. Na universidade participava do grupo do João Simplício. Discreta, visitava minha mãe com uma bolsa, onde levava e trazia roupas e objetos. Principalmente, mantinha-a informada do meu paradeiro. A entrada da prumada do apartamento ficou semanas vigiada ostensivamente por dois policiais armados de metralhadoras. Minha mãe saía todo dia para

trabalhar no gabinete do ministro da Educação e os meninos, que adivinhavam tudo, corriam ao seu redor, brincando.

Por prudência, mudei novamente de apartamento. Ana Lúcia hospedou-me na sua casa. Só que o namorado de umas das moradoras era simpatizante dos milicos. Logo, peguei meu boné e dei no pé. Fui parar numa casa no Lago Sul. E assim foi indo. Roda viva. De casa em casa.

Fui conversar com a equipe da UNIMOS, onde fazia o estágio de Sociologia. Telefonei numa cabina telefônica no Setor Comercial Sul. Alguns deles desceram. Nem precisei explicar a situação, que bem conheciam. Já vieram com as planilhas que liberavam a minha remuneração. Bastava que preenchesse, assinasse e no final de cada mês eles mandariam à administração do SESC. Só precisava passar no banco e retirar o dinheiro.

### SBPC E AS EXPULSÕES

No dia 18 de junho, a reitoria abriu inquérito para apurar as responsabilidades dos grevistas. 14 líderes foram indiciados na Lei de Segurança Nacional (LSN). As assembleias, as passeatas e as reuniões continuaram pelo campus. A greve também. Dia 21 de junho, a Reitoria decretou um recesso acadêmico que duraria até o dia 24 de julho. Foi o modo encontrado para esfriar um movimento que tomara um vulto nacional, com simpatia e solidariedade. Eu continuava em semiclandestinidadade, pulando de casa em casa.

No começo de julho iniciaria a XXIX reunião da SBPC, em São Paulo. Estava programada para ser realizada em Fortaleza, mas o regime proibiu. Don Paulo Evaristo Arns abriu as portas da Pontifícia Universidade Católica (PUC), na capital paulista e tudo foi organizado às pressas. O beneplácito da maior arquidiocese do Brasil garantiu a sua realização.

Meu pai José morava na rua Monte Alegre, Perdizes, bem em frente à PUC. Não sabia nada da minha participação no movimento estudantil da UnB. Realmente, não sabia quase nada da minha vida. Pedi que me hospedasse. Como a universidade entrara em recesso, disse, aproveitaria o tempo para participar a um evento científico. Fez algumas perguntas, dei respostas evasivas e ele me hospedou. Minha mãe ficou sabendo da minha ida, mas não se comunicou com ele. Prudência.

Todo dia tomava café da manhã com meu pai, descia, atravessava a rua e entrava na PUC. Às vezes, almoçava com ele. Encontrava-me com os companheiros de Liberdade e Luta. Combinávamos intervenções nas várias mesas e plenárias. Clara Ant, da FAU, coordenava o grupo. Se não me engano, Maria Laura também estava e me apresentou uma professora do Ceará, Maria Luiza Fontenele, que viria a ser a primeira prefeita eleita pelo PT. A reunião terminou com um grande ato no TUCA com a presença de Fernando Henrique Cardoso e outros figurões da oposição. Don Paulo Evaristo Arns dirigindo discretamente tudo. Carismático.

Voltei para Brasília na noite de 18 de julho, ignaro do que tinha acontecido. De manhã, fui para casa da Cafu. O apartamento de minha mãe continuava vigiado. Tocou o telefone. Era minha mãe aflita perguntando onde eu estava. Meu pai havia telefonado furioso de São Paulo. Tinha lido o meu nome na primeira página do Estadão, entre os 30 expulsos e 34 suspensos da UnB. A Cafu disse-lhe que não devia ficar preocupada, que certamente eu estava bem.

Mais tarde, comuniquei-me com Dona Sebastiana. Disse-me que eu devia seguir adiante pela minha estrada, que me apoiava inteiramente. Era o que eu esperava. Expulso da UnB, continuei plantando com companheiras e companheiros liberdade e luta democrática no quintal do Planalto.

Marco Antonio Ribeiro Vieira Lima, Milão, 22 de março de 2022.

Ribeiro Vieira Lima, M.A. 2022. *Um diferencial de vida*. In Caetano, M.R. (a cura di), *UnB anos 70: Memória do movimento estudantil*, Alameda Editorial, São Paulo, pp.179-196. Parte di ISBN 978-65-5966-115-2

